

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como política de avaliação externa: os reflexos nas escolas de Campo Grande, MS

The National Secondary Education Examination (ENEM) as policy external evaluation: the Campo Grande, MS reflection in the secondary school

Edilma Mota Rodrigues Sampaio*

Leny Rodrigues Martins Teixeira**

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado e Doutorado, Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: edilma.mota@terra.com.br

** Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado e Doutorado, Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: leny@ucdb.br

Resumo

O presente trabalho caracteriza o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), aplicado no período de 1998 a 2008, e o “novo Enem”, implantado em 2009, identificando as mudanças e reformulações ocorridas no processo de avaliação durante esse período, nos âmbitos social e pedagógico. O trabalho tem como objetivo analisar o desempenho de escolas públicas e particulares no ENEM, nos anos 2008 e 2009, na cidade de Campo Grande, MS, as quais oferecem o ensino médio regular, especialmente as que obtiveram a nota geral, acima da média. Para tanto, a pesquisa aponta o desempenho das escolas no ano de 2008 e 2009, atentando para as possíveis influências no desempenho das instituições educativas, levando em consideração as mudanças ocorridas no novo formato do Exame. A análise preliminar dos resultados aponta que as reformulações no ENEM possibilitaram uma maior inclusão das escolas no grupo com nota geral acima da média, principalmente as escolas públicas, fato que precisa ser mais bem investigado.

Palavras-chave

Política de Avaliação. Avaliação Externa. ENEM.

Abstract

This study characterizes the National Secondary Education Examination (ENEM) applied in the period 1998 to 2008, and the “Novo Enem”, introduced in 2009, identifying the changes and reformulations that have occurred in the evaluation process during this period, in the social and educational. The study aims to analyze the performance of public and private schools in ENEM in the years 2008 and 2009, in Campo Grande, MS, which offers regular high school, especially those, which scored the generally above average grade. Although, the research shows the performance of schools in 2008 to the year 2009, in addition to examining the possible influences on the performance of educational institutions taking into

account the changes in the new format of the exam. Preliminary analysis of the results suggests that the reformulations in ENEM allowed a major inclusion of schools in the group with an overall score above average grade, especially public schools.

Key words

Policy Evaluation. External Evaluation. ENEM.

A avaliação externa no âmbito da Política Pública Educacional

No cenário educacional contemporâneo, a avaliação é uma categoria de grande importância nos aspectos políticos e sociais em decorrência do fato de ser a centralização das relações existentes entre o Governo, a Escola e os profissionais da área. Em tal perspectiva, a avaliação interfere na gestão, influencia o processo pedagógico e é determinante na formação humana.

No âmbito da sala de aula, a avaliação da aprendizagem escolar compõe o projeto de ensino do professor em consonância com a finalidade educativa da instituição. Ela subsidia o processo de ação pedagógica com o intuito de acompanhar a aprendizagem do aluno. No entanto, tratando-se das políticas de Estado, com a implantação das estratégias avaliativas educacionais de sistemas ou em larga escala, estabelece-se a possibilidade de acompanhar o que e como se ensina nas instituições educativas. Como tal, esse sistema de avaliação, por um lado, tornou-se um instrumento de análise das medidas implantadas; por outro lado, pretende possibilitar o aperfeiçoamento e reformulações das ações desenvolvidas.

Nessa perspectiva, o objetivo da avaliação da política pública, para Belloni (2007, p. 15), é conhecer seus fatores positivos, apontar seus equívocos e insuficiências, visando buscar sua melhoria ou reestruturação das ações empreendidas. A avaliação é parte integrante do processo de desenvolvimento da política, pois, na sua concepção, permite averiguar a sistemática do cumprimento de sua função social. A autora identifica o objetivo da avaliação de autoconhecimento e de formulação de subsídios para a tomada de decisão institucional, com a finalidade de promover o aprimoramento da política implementada e a concretização dos objetivos da sociedade ou grupo social a que se destina.

Com base nessa perspectiva, perceberemos que a avaliação é um instrumento de aperfeiçoamento da gestão, pois a análise dos dados fornece informações sobre as ações aplicadas, oportuniza avaliar a eficiência e a eficácia das decisões empreendidas, permitindo assim, interferir nas políticas estabelecidas. Vale ressaltar que todos os envolvidos no processo educativo são avaliados: o governo, as instituições de ensino, o professor e o aluno. Dessa forma, com a implantação do sistema de avaliação, ampliaram-se os contextos das análises, reflexões e tomadas de decisões.

A política de avaliação externa, instaurada no Brasil na década de 1990, foi assegurada com a reforma e o financiamento da administração aos diversos níveis de educação. O processo de avaliação em larga escala utiliza-se de testes estandardizados, inseridos na modalidade de avaliação normativa, que apresentam critérios de comparação entre o desempenho dos participantes. Nesse sentido, a avaliação institui um processo de natureza seletiva e competitiva.

Conforme Frigotto e Ciavatta (2003, p. 10), esse dispositivo fez parte de um movimento internacional que impôs reformas na estrutura do Estado baseada em uma doutrina neoliberal. Tais modificações foram pautadas na cartilha neoliberal elaborada no Consenso de Washington, em 1989, o qual no Brasil, associado ao discurso de modernização do país, impulsionou estratégias de ajustes como desregulamentação do mercado, descentralização e autonomia e privatização dos serviços, tendo em vista a instituição de um Estado mínimo para o máximo de mercado.

Segundo esse autor, países de diferentes continentes desenvolveram políticas públicas de avaliação semelhantes. No contexto da reforma educativa entre os anos de 1980 e 1990, países como os EUA, Inglaterra e Espanha imprimiram mudanças semelhantes nas avaliações pedagógicas. No entanto “como há especificidades nacionais as semelhanças nas orientações das definições das políticas educativas ocultam diferentes causas e razões” (AFONSO, 2009, p. 64). Assim,

prossegue Afonso (2009, p. 63), “as políticas educativas de avaliação só podem ser adequadamente compreendidas se forem também referenciadas ao contexto mundial, ultrapassando assim algumas limitações inerentes às perspectivas tradicionais que circunscrevem a análise das reformas às fronteiras do Estado-nação”.

É imprescindível destacar que a tendência mundial de relacionar as reformas educacionais à melhoria da economia nacional implica a melhoria do desempenho escolar. Conforme sinaliza Azevedo (2004), as reformas realizadas mundialmente têm em comum a tentativa de aprimorar as economias nacionais pelo fortalecimento dos laços entre a escola, trabalho, produtividade, serviços e mercado. Isso acontece no intuito de obter um maior desempenho escolar, possibilitando a aquisição de competências e habilidades relacionadas ao trabalho, ao controle dos conteúdos curriculares e à avaliação, assim como a adoção de teorias e técnicas gerenciais no campo da administração de empresas.

No contexto das políticas públicas educacionais, Afonso (2009, p. 44) ressalta que as políticas neoliberais e neoconservadoras impulsionaram os mecanismos de responsabilização, tornando evidente a convergência de valores entre alguns modelos de prestação de contas e os pressupostos daquelas políticas, entre o direito de escolha da educação (*educational choice*) por parte dos pais, redefinidos como consumidores, e a sua relação com a divulgação dos resultados (ou produtos) da educação escolar.

Nessa perspectiva, Freitas (2009) esclarece que, no âmbito das políticas neoliberais, o Estado restringe a sua função em uma gama de serviços e transfere o controle para os mecanismos de “regulação de mercado”; mas também retira do Estado a capacidade de intervenção sobre tais serviços, deixando que sejam afetados apenas pelas leis de mercado.

Com o processo político educacional instaurado no Brasil, promove-se a responsabilização da Escola e a desresponsabilização do Estado. Atribui-se, assim, a qualidade da educação aos serviços prestados pela escola, ao relacionar o desempenho do aluno à qualidade da Educação Básica, oferecida em escolas públicas e particulares do país.

O Estado, com a implantação do Censo Escolar, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Exame Nacional de Cursos (Provão), promove intervenções de natureza avaliativa, as quais, por intermédio da análise dos resultados, permitem acompanhar o desempenho das instituições de ensino. Nessa vertente, a política de avaliação externa possibilita o acompanhamento das escolas e, em especial, o trabalho desenvolvido pelo professor. Em que pese a todos os condicionantes da criação da política de avaliação, ela está instalada e é necessário saber que tipo de influência as avaliações em larga escala têm produzido no sistema escolar do nosso país.

Ou seja, no cenário atual, o Enem, como uma política de avaliação da educação básica, pretende sinalizar para um

tipo de ensino e de aprendizagem, mas resta, contudo, saber se realmente essa avaliação tem influenciado na qualidade da educação.

Tal questionamento possibilitou o desenvolvimento de uma pesquisa que faz parte de um projeto mais amplo, vinculado ao grupo de pesquisa Observatório da Educação, intitulado: *Inovações Educacionais e as Políticas Públicas da Educação no Brasil* (IEPAM¹). A investigação, que é objeto deste trabalho, pretende discutir os impactos do Enem nas escolas de Campo Grande, MS. Neste texto, particularmente, como etapa inicial da pesquisa, há o relato de desempenho das escolas públicas e particulares no ano de 2008 e 2009, tendo em vista verificar a relação entre as médias obtidas, dado o novo formato do Enem implantado em 2009, bem como a relação do número de alunos inscritos na prova e o desempenho das escolas.

ENEM: avaliação externa da educação básica no Brasil

As políticas de Estado, que regulamentam as políticas educacionais vigentes no contexto educacional atual, têm início com a Constituição Federal de 1988 e as suas reformas dos anos de 1990. As modificações estabelecem a relação entre a política pública de avaliação e a garantia

¹ IEPAM-Inovações Educacionais e as Políticas Públicas de Avaliação e Melhoria da Educação no Brasil. Registro GAP/CE/UFMS n. 23920 - CAPES/INEP/SECAD, Ed. 001/2008 – Observatório da Educação. Projeto em Rede 3284. Coordenador Geral-Prof. Dr. Eduardo A. Terrazzan.

da qualidade de ensino, pois a avaliação de desempenho foi um dos aspectos contemplados na Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Assim, em seu artigo 4º, destaca a necessidade de definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho.

Portanto, em consonância com a “Declaração sobre Educação para Todos” e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com intuito de assegurar a qualidade da educação, consolida um abrangente sistema de avaliação, destacando no artigo 9º o papel do Estado em “... assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino” (Lei 9.394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art.9º, inciso VI).

Sendo assim, como parte da política de Estado, o ENEM foi instituído pela Portaria ministerial n. 438 e implantado em 1998, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É um exame oferecido anualmente, de caráter voluntário que possibilita avaliar não só o desempenho dos alunos concluintes e egressos da educação básica, mas também o desempenho das Instituições Escolares em todo o Brasil cujo propósito é avaliar as competências e habilidades básicas, desenvolvidas pelos alunos na educação básica, segundo as informações teórico-metodológica de-

envolvidas pelo INEP em seu Relatório Pedagógico (2008),

O Enem desenvolve o modelo de prova com ênfase nas estruturas mentais com as quais se constrói continuamente o conhecimento e não apenas na memória que, importantíssima na constituição das estruturas mentais, sozinha não consegue se fazer capaz de compreender o mundo em que se vive, tal é a velocidade das mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e do próprio acervo de novos conhecimentos, com as quais se convive diariamente e que invadem todas as estruturas da escola. (BRASIL, 2008, p. 29).

As informações fornecidas pelo Enem são produzidas pela realização da prova e pelos resultados do questionário socioeconômico aplicado a todos os participantes, que, conforme o Relatório Pedagógico do INEP (2008, p. 8), “permite contextualizar o desempenho em situações pessoais, familiares, de trajetória escolar, de condição econômica, de experiência de trabalho, nas percepções sobre a escola, nas crenças, nos valores e nas expectativas de futuro.” Portanto complementa as informações relativas ao desempenho dos participantes.

As provas aplicadas no período de 1998 a 2008 foram pautadas em uma matriz que indica a associação entre conteúdos, competências e habilidades. A matriz definiu 5 competências expressas em 21 habilidades construídas ao longo da escolaridade básica, sem relação direta com os conteúdos do ensino médio, segun-

do informam os Relatórios Pedagógicos do ENEM (1998 a 2008). O exame foi constituído pela proposta de redação e pela prova com questões objetivas, estas elaboradas com abordagem de situações-problemas contextualizadas e interdisciplinares, totalizando 63 questões de múltipla escolha, com valor atribuído e notas em uma escala de zero a 100 pontos para cada uma das competências.

A introdução do ENEM no cenário educativo brasileiro apontou para a necessidade de uma reorganização curricular e pedagógica nas escolas. Para Silva (2008), com esta prova, o Estado interfere na educação e aponta para um modelo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, induzindo a uma ampla mudança no sistema educacional brasileiro.

Em outra vertente, Silva (2008) afirma que “a noção de competência é tomada como prescrição nuclear da organização curricular em decorrência da proximidade com a ideia de competição e competitividade”. As justificativas da reorientação curricular são, então, articuladas ao discurso das novas demandas de formação para o trabalho.

Na primeira edição do ENEM, em 1998, registrou-se a adesão de 157. 221 inscrições de adolescentes concluintes e egressos do ensino médio. Ao longo dos anos, percebeu-se um aumento significativo de inscritos em todas as regiões do Brasil; e nesse ano de 2011, o número de inscritos foi de 6.221.697. Esses dados apresentados evidenciam a evolução significativa da importância desse instrumento de avaliação, o qual teve a necessidade

de sofrer mudanças e reformulações neste período.

Durante esse processo, o INEP apresentou propostas de reformulações de ordem social, metodológica e curricular, ocorrendo a primeira reformulação em 2001. Nesse ano, o governo isentou o pagamento da taxa de inscrição dos concluintes do ensino médio de escolas públicas, visando, desta forma, democratizar o acesso de todos ao exame.

No ano de 2003, foi incluído o questionário socioeconômico para os inscritos no ENEM, como forma de enriquecer os dados dos participantes e ajudar na compreensão de seus desempenhos. Até o ano de 2004, o resultado do Enem era divulgado somente para o próprio participante; mas, em 2005, iniciou-se a divulgação das notas médias das escolas, com o propósito de avaliar o desempenho das instituições e oportunizar, mediante análise dos dados e relatórios divulgados pelo INEP, a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Já em 2007, o MEC instituiu o programa Universidade para Todos (ProUNI), modalidade social do uso do ENEM, como critério de seleção para bolsas de estudos integrais e parciais, para cursos no ensino superior. Tal medida teve como finalidade promover o acesso ao ensino superior e, a partir do ano de 2009, instituiu-se um novo ENEM. O exame passou por profundas mudanças, como a adoção do Sistema de Seleção Unificada (SISU); divulgação de uma nova matriz de competências e habilidades; divulgação da matriz curricular; inclusão da Língua Es-

trangeira; definição de um novo formato para o exame e a possibilidade de, por intermédio do novo exame, a obtenção do certificado do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

Com a implantação do SISU, o MEC enfatiza, em seu Relatório Pedagógico 2009, que o sistema tem como objetivo democratizar as oportunidades às vagas federais de ensino superior e possibilitar a mobilidade acadêmica. Essa medida centralizou o acesso ao ensino superior para alunos de todas as regiões do país, permitindo, dessa forma, a escolha da Universidade em diversos locais do Brasil.

A divulgação da proposta do novo formato do ENEM, em especial da matriz curricular, e a inclusão da Língua Estrangeira refletem na organização pedagógica do ensino médio, pois induz a uma nova reestruturação curricular nas escolas para atender às expectativas do Exame.

No cenário atual, o exame é composto por Redação e provas divididas em quatro áreas de conhecimentos: Línguas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Cada área é avaliada por uma prova composta de 45 questões objetivas, totalizando 180, sendo que as quatro provas e a Redação são aplicadas durante dois dias. O valor atribuído à prova de Redação e a cada área de conhecimento é uma nota no valor que varia em uma escala de zero a 1000.

O desempenho das escolas da cidade de Campo Grande, MS, nos anos de 2008 e 2009

Após um período de 10 anos e aplicação da 11ª prova no ano de 2008, o ENEM consolidou um modelo de avaliação no país. Entretanto, em 2009, o exame sofreu alterações significativas nos âmbitos político e pedagógico. Com as mudanças, o exame foi denominado de “o novo ENEM”, muito embora tenha permanecido a característica principal da prova, avaliar as competências e habilidades desenvolvidas ao longo da educação básica.

O recorte para análise foi realizado em escolas privadas e públicas que apresentaram a nota geral, acima da média, nos anos de 2008 e 2009, especialmente em escolas localizadas na região urbana da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e que oferecem apenas o ensino médio regular, onde, normalmente, os adolescentes concluem a educação básica nessa modalidade de ensino, em idade própria. Portanto foram excluídas das análises de desempenho, as instituições de ensino que oferecem o ensino médio regular concomitante com o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e as instituições que oferecem apenas a EJA.

Com as investigações realizadas em Campo Grande, foi registrada em 2008 a participação de 90 escolas, das quais 9 são consideradas sem cálculo (SC) por ter um número inferior a dez inscrições, e 23 são escolas privadas que oferecem o ensino médio regular. Com a análise do desempenho das escolas privadas, foram

identificadas 20 escolas que obtiveram a nota geral, acima da média 50,00 em uma escala de zero a 100. Já em 2009, das 95 escolas que oferecem o ensino médio regular, 13 foram consideradas sem cálculo (SC), 24 são escolas privadas

e todas apresentaram a nota geral acima da média 500,00 em uma escala de zero a 1000.

As Tabelas 1 e 2 a seguir mostram o número de inscritos por escola e as médias no Exame de 2008 e 2009.

Tabela 1 - Desempenho das Escolas Privadas de Campo Grande MS em 2008.

ENEM 2008 / Média Nacional - 50,00				
Dependência - Privada / Modalidade - Ensino Médio Regular (EMR) / Localização – Urbana				
Identificação	Escola	Inscritos	Média Total	Classificação
1	Instituto Educacional Paulo Freire	16	70,65	1º
2	Colégio Maria Montessori	23	70,62	2º
3	Colégio Alexander Fleming	54	69,06	3º
4	Colégio Bionatus	66	68,45	4º
5	Colégio Harmonia	11	67,07	5º
6	Colégio Avant Garde	51	65,26	6º
7	Centro de Cursos da Funlec	26	63,28	7º
8	Centro de Ens. Nossa Senhora Auxiliadora	14	62,57	8º
9	Colégio Raul Sans de Matos	34	62,46	9º
10	Mace-EEIEFM Pedro Chaves dos Santos	93	62,45	10º
11	Colégio Salesiano Dom Bosco	115	61,71	11º
12	Colégio Oswaldo Tognini	37	60,63	12º
13	Colégio Atenas	18	60,57	13º
14	Colégio Maria Lago Barcelos	37	60,46	14º
15	CNEC – Escola Cenecista Oliva Enciso	10	59,84	15º
16	Colégio Nova Geração	19	55,82	16º
17	Colégio Adventista Campo-Grandense	13	55,38	17º
18	Inst. De Ensino Latino Americano	117	53,82	18º
19	Adventista Jardim dos Estados	17	53,67	19º
20	Colégio CBA ABC	28	52,40	20º

Fonte : INEP/MEC – Acesso em 03/02/2011.

Tabela 2 - Desempenho das Escolas Privadas de Campo Grande MS em 2009

ENEM 2009 / Média Nacional – 500,00				
Dependência – Privada / Modalidade - Ensino Médio Regular (EMR) / Localização – Urbana				
Identificação	Escola	Inscritos	Média Total	Classificação
1	Colégio Alexander Fleming	17	737,40	1º
2	Colégio Bionatus	128	728,55	2º
3	Colégio Maria Montessori	39	699,22	3º
4	Instituto Educacional Paulo Freire	24	678,05	4º
5	EEIEFM General Osorio	16	671,74	5º
6	Colégio Harmonia	13	665,46	6º
7	Nova Escola	102	657,06	7º
8	Colégio Avant Garde	99	648,03	8º
9	Mace-EEIEFM Pedro Chaves dos Santos	209	639,25	9º
10	Centro de Ensino Nossa S. Auxiliadora	51	634,04	10º
11	Colégio Salesiano Dom Bosco	292	633,20	11º
12	Centro de Cursos da Funlec	50	628,91	12º
13	Colégio Oswaldo Tognini	58	626,82	13º
14	Colégio Raul Sans de Matos	73	620,84	14º
15	Colégio Adventista Jardim dos Estados	22	619,69	15º
16	CNEC-Escola Cenecista Oliva Enciso	22	618,91	16º
17	Colégio Profª Mª Lago Barcelos	47	617,20	17º
18	Instituto de Ens e Pesq Carlos D. Andrade	17	601,37	18º
19	Instituto Latino Americano	56	591,26	19º
20	Colégio Atenas	33	582,29	20º
21	Colégio CBA ABC	73	578,62	21º
22	CECAMP-C. de Ens.Campo-Grandense	13	552,51	22º
23	SEALP-EIEFM	27	546,43	23º
24	Escola CEAPE- C.de Ens. e Aprendizagem	10	543,58	24º

Fonte: INEP/MEC – Acesso em 03/02/11

Considerando apenas as escolas privadas que apresentaram a nota geral acima da média, foi observado um número diversificado de inscritos por escola. Em 2008, a escola com a menor participação contou com a inscrição de 10 alunos e a de maior inscrição, totalizou 117 alunos, conforme tabela abaixo. Conforme os dados disponibilizados na tabela abaixo, o número de inscritos em 2009 variou de 10 alunos,

da escola com menor número de inscrições; para 292 alunos, da escola privada que apresentou o maior número de inscritos.

Ao comparar o número de inscritos com a classificação das escolas, podemos estipular uma escala e considerar três grupos de escolas: escolas com os menores números de inscritos, as com número médio e as escolas com o maior número de inscrição, conforme quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Número de inscritos em escolas privadas com desempenho acima da média

Inscritos	Número de escolas acima da média	Classificação
Ano 2008		
Até 39	14	Número pequeno de inscritos
De 40 a 78	3	Número médio de inscritos
De 79 a 117	3	Número grande de inscritos
Ano 2009		
Até 97	19	Número pequeno de inscritos
De 98 a 195	3	Número médio de inscritos
De 196 a 292	2	Número grande de inscritos

A seguir, as Tabelas 3 e 4 retratam o número de inscritos e as médias das escolas públicas, nos anos de 2008 e 2009.

Tabela 3 - Desempenho das Escolas Públicas de Campo Grande MS em 2008

ENEM 2008 / Média Nacional - 50,00				
Dependência – Pública / Modalidade - Ensino Médio Regular (EMR) / Localização – Urbana				
Identificação	Escola	Inscritos	Média Total	Classificação
1	Colégio Militar de Campo Grande	88	70,65	1º
2	EE Severino de Queirós	29	56,71	2º
3	EE Orcírio T. Oliveira	21	53,54	3º
4	EM Arnaldo.E.Figueiredo	21	53,38	4º
5	EE Rui Barbosa	95	52,79	5º
6	EE Joaquim Murtinho	352	51,46	6º
7	EE Hércules Maymone	169	50,89	7º
8	EE José Maria H. Rodrigues	128	50,71	8º
9	EE Blanche dos S. Pereira	66	50,60	9º
10	EE Neyder Suelly	26	50,59	10º

Fonte: INEP/MEC - Acesso em 03/02/11

Tabela 4 - Desempenho das Escolas Públicas de Campo Grande MS em 2008

ENEM 2009 / Média Nacional – 500,00				
Dependência – Pública / Modalidade - Ensino Médio Regular (EMR) / Localização – Urbana				
Identificação	Escola	Inscritos	Média Total	Classificação
1	Colégio Militar de Campo Grande	113	704,30	1º
2	EE prof. Severino Ramos de Queiróz	32	608,12	2º
3	EE General Malan	40	578,79	3º
4	EE José Antonio Pereira	34	569,20	4º
5	EE Joaquim Murtinho	305	569,05	5º
6	EE Profª Neydar Suely da C. Vieira	15	568,45	6º
7	EE Hercules Maymone	177	567,45	7º
8	EE Rui Barbosa	106	565,62	8º
9	EE José Maria H. Rodrigues	107	563,96	9º
10	EE Maria Constança de B. Machado	141	561,72	10º
11	EE Lucia Martins Coelho	96	559,99	11º
12	EE Amélio de Carvalho Bais	19	559,84	12º
13	EE Adventor Divino de Almeida	38	557,75	13º
14	EE Emygdio Divino de Almeida	17	556,45	14º
15	EE Profª Delmira dos Santos	23	552,16	15º
16	EE Profª Maria Rita Cássia P. Teixeira	36	548,80	16º
17	EE Vespasiano Martins	81	547,87	17º
18	EE Amando de Oliveira	96	547,80	18º
19	EE Alice Nunes Zampiere	41	547,36	19º
20	EE Arlindo de Andrade Gomes	129	543,24	20º
21	EE Padre José Scampini	82	542,38	21º
22	EE Dona Consuelo Muller	135	542,07	22º
23	EE Blanche dos Santos Pereira	62	542,05	23º
24	EE Maria Eliza B. C. da Costa	45	540,59	24º
25	EE Riachuelo	41	540,25	25º
26	EE Profª Fausta Garcia Bueno	27	539,07	26º
27	EE Olinda Conceição T. Bacha	41	538,71	27º
28	EE João Carlos Flores	15	538,56	28º
29	EE Lino Villacha	56	538,33	29º
30	EE 26 de Agosto	41	537,38	30º
31	EE Advogado Demósthene Martins	20	534,19	31º
32	EE José Barbosa H. Rodrigues	131	536,99	32º
33	EE Profª Flavina Maria da Silva	47	533,19	33º
34	EE Orcirio Thiago de Oliveira	35	532,37	34º
35	EE 11 de Outubro	93	527,56	35º
36	EE Padre Mario Blandino	126	527,28	36º
37	EE Mestre Frederico Liebermann	123	526,15	37º
38	EE Manoel Bonifácio Nunes da Cunha	104	525,79	38º
39	EE Dolor Ferreira de Andrade	74	524,28	39º
40	EE Wladimir Barros da Silva	224	523,02	40º
41	EE Prof. Silvio Oliveira dos Santos	234	522,03	41º
42	EE Maestro Heitor Villa Lobos	51	521,75	42º
43	EE Profª Thereza Noronha de Carvalho	73	517,83	43º
44	EE Ed.Bas. e Ed. Prof. Pe. João Greiner	156	517,34	44º
45	EE Profª Maria de Lourdes T. Areias	66	514,70	45º
46	EE Teotônio Vilela	153	511,73	46º
47	EE Marçal de Souza Tupa-Y	83	511,70	47º
48	EE Guia Lopes	31	507,98	48º
49	EE Profª Brasilina Ferraz Monteiro	80	506,28	49º

Fonte: INEP/MEC - Acesso em 03/02/11

Observando a participação das escolas públicas de Campo Grande em 2008, identificou-se que, dentre o total de 90 escolas, 58 são escolas públicas que oferecem o ensino médio regular. Destas, 10 obtiveram a nota geral maior que 50,00. Em 2009, das 95 escolas que oferecem o ensino médio regular, 58 são escolas públicas e, ao analisar o desempenho, constatou-se que, destas, 49 apresentaram a média geral acima de 500,00.

Relacionando o número de inscritos ao desempenho das escolas públicas que

apresentaram um desempenho maior que a média, constatou-se que, em 2008, a escola com a menor participação contou com a inscrição de 10 alunos, e a de maior inscrição, com a inscrição de 352 alunos. Em 2009, o número variou de 15 alunos inscritos a 305 alunos, conforme informações no Quadro 2.

Ao comparar o número de inscritos com o desempenho das escolas, assim como nas escolas particulares, estipulou-se uma escala e foram classificadas as escolas, conforme o número de inscritos.

Quadro 2 - Número de inscritos em escolas públicas com desempenho acima da média nacional

Inscritos	Número de escolas acima da média	Classificação
Ano 2008		
Até 117	7	Número pequeno de inscritos
De 118 a 234	2	Número médio de inscritos
De 235 a 352	1	Número grande de inscritos
Ano 2009		
Até 101	33	Número pequeno de inscritos
De 102 a 202	13	Número médio de inscritos
De 203 a 305	3	Número grande de inscritos

Diante desse quadro, observamos que o número de inscrições pode apresentar alguma relação com o desempenho das escolas. A análise indica que escolas com pequeno número de inscrições no Enem apresentam os melhores desempenhos.

Nas escolas particulares, 14 das 20 escolas com melhor desempenho em 2008 foram também as com número pequeno de inscrição. Em 2009, o desempenho foi recorrente; pois 19, dentre as 24 acima

da média geral, foram as escolas com o número pequeno de inscritos.

A tendência evidenciada nas escolas públicas não foi diferente da mostrada nas escolas particulares, pois, em 2008, as escolas consideradas com o menor número de inscritos, tiveram os melhores desempenhos. Em 2009, o desempenho persistiu, pois foi observado que as 33 escolas consideradas pequenas apresentaram os melhores desempenhos. Embora o número de inscritos não seja uma correspondência

perfeita entre esse número e o tamanho da escola, pode ser considerado um indicador do tamanho da escola.

Considerações finais

A análise preliminar dos dados divulgados pelo INEP/MEC possibilitou, neste trabalho, investigar as possíveis repercussões do ENEM no desempenho das escolas públicas e particulares de Campo Grande, MS. Com os dados foi possível identificar a média das escolas e analisar apenas as que obtiveram a nota geral, acima da média. Para a análise das escolas, estabeleceu-se a relação do desempenho com a mudança no formato do exame, implantado em 2009, levando-se em conta também o número de inscritos no ENEM.

A partir desta investigação, observa-se que tanto na rede privada quanto na particular ampliou-se o número de escolas com a nota geral acima da média. Na rede pública, o impacto foi maior, pois o número de escolas acima da média passou de 10 em 2008 para 49 em 2009.

O resultado da pesquisa aponta que a implantação do novo ENEM contribuiu com a inclusão de um relevante número de escolas com a nota geral acima da média, principalmente das escolas públicas. O Exame favoreceu mais as escolas públicas, pois ao definir uma matriz curricular por área do conhecimento, instituir uma prova por disciplina e aumentar o número de questões de 63 para 180 criou mais condições para que os participantes demonstrassem as competências que desenvolveram ao longo da educação básica.

Segundo o documento divulgado pelo MEC/INEP, *Textos Teóricos e Metodológicos de 2009*, a aplicação do “Novo Enem” aponta para a reformulação do currículo do ensino médio, na qual muda o foco de um currículo voltado para o acúmulo excessivo de conteúdos para um currículo voltado para a solução de problemas. Com a reformulação da prova, a nova proposta leva em conta os conteúdos ministrados no ensino médio e afirma “A inovação é na forma de abordagem desses conteúdos, com foco no conjunto de habilidades que o aluno deve ter ao final do ensino médio e não na mera acumulação de fórmulas e informações desvinculadas da aplicação” (BRASIL, 2009, p. 96).

A instituição do “Novo Enem” contraria a proposta original do Exame, a de ser diferente dos vestibulares conteudistas e tradicionais. Entretanto, com a divulgação de uma Matriz Curricular baseada nos conteúdos do Ensino Médio, a proposta do “Novo Enem” induz ao retorno ou permanência de um ensino disciplinar. Vale destacar que o Inep, ao formalizar a mudança, divulgou a relação de conteúdos, denominados “Objetos de Conhecimento”, os quais foram associados às Matrizes de Referência de Competências e Habilidades e agrupadas por Área de Conhecimento.

A mudança atual no Exame que o torna disciplinar e mais conteudista, foi considerada pelo Estado como uma inovação educacional, no entanto essa consideração precisa ser mais bem examinada.

A melhora na ação educacional, só pode ser considerada inovação se proporcionar mudanças planejadas e in-

tencionais. Na análise de Saviani (1980, p. 26), inovação é contraditório ao tradicional, pois não basta inovar apenas o método de ensino com modificações superficiais, é preciso colocar os objetivos educacionais a serviço da finalidade educativa na formação do estudante. É necessário imprimir modificações eficazes que coloquem a educação a serviço da revolução social.

Diante das contradições que podem aparecer quando se usa o critério de inovação por oposição ao que é considerado tradicional, Saviani (1980, p. 29) coloca como medida para considerar inovador as mudanças que sejam duradouras e extensivas a todas as classes sociais. Não se podem considerar inovadoras as mudanças educacionais que beneficiam apenas as minorias que, por razões históricas, já foram privilegiadas.

Tomando como referência essa lógica, o novo Enem seria inovador na medida em que favorecesse as escolas públicas, ao possibilitar a inclusão de um número relevante de escolas com a nota geral acima da média. O fato de possibilitar uma maior inclusão das escolas públicas produz como consequência uma maior oportunidade de acesso de alunos do ensino médio à universidade e desta forma, estende as oportunidades de educação aos anteriormente excluídos.

Por outro lado, se com o novo formato o Exame se tornou mais democrático ao avaliar de acordo com a realidade do aluno, também é verdade que os resultados de 2009 evidenciam a presença de um ensino tradicional, conteudista e muito provavelmente centrado na figura

do professor, fato que, do ponto de vista pedagógico não pode ser considerado inovador, na medida em que não estimula o pensamento global e complexo: objeto de preocupação dos defensores do ensino interdisciplinar. Lopes e Macedo (2011, p. 53) esclarecem que, com a reforma educacional no Brasil nos anos de 1990, houve a tentativa de superar a organização disciplinar do conhecimento e a fragmentação do currículo, pelo fato de definir uma organização inflexível que dificulta a realização de outras atividades que não as aulas tradicionais, e articular os conhecimentos tratados pelas diversas disciplinas.

A análise comparativa dos dados também não nos permite afirmar que os melhores resultados obtidos pelas escolas públicas são devidos às mudanças pedagógicas ou de gestão ocorridas nas escolas, o que significaria afirmar um impacto considerável do Enem nesta realidade. De fato, o que é possível afirmar de imediato é que as mudanças nos resultados devem ser atribuídas à reestruturação da prova.

Todavia esse dado abre uma nova necessidade de análise: o fato de um número razoável de escolas ter ficado acima da média no Enem de 2009, também pode ser fruto de um trabalho realizado nas escolas de Ensino Médio ao longo dos últimos anos, que, se não influenciou de forma significativa na realização das provas anteriores, pode ter sido relevante para desempenho na nova modalidade de avaliação. Esta é uma alternativa de análise que deverá ser levada em consideração na continuidade da pesquisa.

Outra mudança que proporcionou vantagens e possivelmente contribuiu com o aumento de participantes e um melhor desempenho das escolas foi a instauração do Sistema de Seleção Unificada (SISU), quando se procurou democratizar as oportunidades às vagas federais de ensino superior e, ainda, ofereceu-se a possibilidade de mobilidade dos alunos, uma vez que o sistema permite que os alunos concorram a uma vaga em Universidades em diversos locais do país.

A investigação relativa ao desempenho das escolas, comparando o resultado de 2008 ao de 2009, demonstrou que a classificação da grande maioria das escolas não variou. As escolas públicas e particulares que obtiveram os primeiros e segundos lugares, em 2008 e 2009, são as mesmas. Nas outras classificações são poucas as variações.

Na análise da classificação da escola particular, fica evidente que a natureza da prova aplicada em 2009 não foi um diferencial para o desempenho das escolas. A estabilidade da classificação pode ser atribuída a diversos fatores como, condição socioeconômica, inserção social e cultural dos alunos, pois é fato que esses alunos desenvolvem uma rede de conhecimentos ao longo dos anos, independente da formação escolar.

Nesse sentido, Lopes e Macedo (2011, p. 161), a partir das análises das diversas abordagens das teorias de Currículo, destacam a importância dos saberes relacionados à ação cotidiana em detrimento da centralidade do conhecimento científico e relatam que qualquer acontecimento

que se passe na escola não é produzido apenas na escola nem fica a ela restrito. Ele intercepta um enorme contingente de contextos trazidos para a escola pelos diferentes sujeitos que a frequentam e passa a fazer parte dos outros contextos em que esses sujeitos se constituem.

Normalmente o aluno da escola particular se beneficia com a possibilidade de uma formação que complementa o currículo escolar. A contribuição acontece pela oportunidade e participação em diversas atividades formativas, como cursos de Língua Estrangeira, Artes, etc. além de incentivo familiar no aspecto cultural. Assim, o aluno constitui uma rede de possibilidades e conhecimentos os quais são fatores relevantes para a obtenção de um melhor desempenho na prova, se comparado com o aluno da escola pública.

O Enem abrange todas as regiões do Brasil, mas vale destacar que a aplicação de uma mesma prova para um público tão diversificado é questionável. Assim com a análise dos dados, o desempenho da escola particular revela que, em certo sentido a prova seria dispensável para eles. Esse raciocínio mostra como a educação brasileira ainda é perversa: a quem foi dado mais, tem mais direitos e oportunidades, quando deveria ser o contrário. Em sociedades complexas como as nossas, marcadas por uma distribuição desigual de poder, o único tipo de coerência possível é aquela em que reconhecemos abertamente diferenças e desigualdades.

O currículo, dessa forma, não deve ser apresentado como um objetivo. Deve,

ao contrário, subjetivar-se constantemente. Ou seja, deve “reconhecer as próprias raízes” na cultura, na história e nos interesses sociais que lhe deram origem. Consequentemente, ele não uniformizará essa cultura, essa história e esses interesses sociais, tampouco homogeneizará os alunos. “Tratamento igual” de sexo, raça, etnia ou classe, de igual nada tem. Percebemos, na verdade, muitas atitudes discriminatórias. Um currículo e uma pedagogia democráticos devem começar pelo reconhecimento dos diferentes “posicionamentos sociais e repertórios culturais nas salas de aula, bem como das relações de poder entre eles”. Assim, se estivermos preocupados com “tratamento realmente igual”- como deveríamos estar – será necessário fundamentar o currículo no reconhecimento dessas diferenças que privilegiam e marginalizam nossos alunos de formas evidentes (MOREIRA; SILVA, 2009).

Outro aspecto analisado relaciona o desempenho com o número de inscritos no exame, indicando que escolas com pequeno número de inscritos, apresentam os melhores desempenhos.

No âmbito das escolas particulares, 14 das 20 escolas com melhor desempenho em 2008 apresentaram um pequeno número de inscrição. Em 2009, o desempenho foi recorrente, pois 19 dentre as 24 escolas com a nota geral acima da média foram aquelas com um número pequeno de inscritos.

A análise das escolas públicas não foi diferente das escolas particulares, pois em 2008, as entidades consideradas com os menores números de inscritos tiveram os melhores desempenhos, refletidos também em 2009, como observado nas 33 escolas com um número pequeno de inscritos.

Uma análise preliminar dos dados aqui apresentados parece positiva, dado o fato de que o Enem está se consolidando como uma avaliação cada vez mais difundida e que o novo Enem possibilitou uma maior inclusão das escolas com a nota geral acima da média em 2009 em relação a 2008. No entanto não sabemos dizer se esse resultado é realmente positivo. Se por um lado, houve uma maior inclusão de escolas, ou seja, um número maior de escolas obteve resultados melhores, por outro, o caráter mais tradicional que o novo Enem imprimiu à prova, pode significar que as escolas continuam trabalhando de forma tradicional e conteudista, que pouco se relaciona ao contexto de vida do aluno, o que era meta do Enem original. Além disso é preciso identificar quais outros fatores podem estar associados aos melhores resultados de 2009, tais como grau de dificuldade da prova ou outros.

Com os dados aqui apresentados não podemos avançar essa discussão. Em fases posteriores da pesquisa em que os professores das escolas serão entrevistados, pretendemos aprofundar essa problemática.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2009.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Col. Polêmicas do nosso tempo, v. 56).

BELLONI, Isaura. *Metodologia de avaliação em Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. *Lei n. 9394/96*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Relatório Pedagógico 2008*. Brasília, DF, 2008.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Relatório Pedagógico 2009*. Brasília, DF, 2009.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): Fundamentação Teórico-Metodológica*. Brasília, DF: INEP, 2009.

FREITAS, Helena Costa Lopes. Novas políticas de formação: da concepção negada à concepção consentida, In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). *Trajetórias e perspectivas da formação de educadores*. São Paulo: UNESP, 2004.

FREITAS, Luiz Carlos *et al.* *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Col. Fronteiras Educacionais).

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, 2003.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 3 fev. 2011.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SAVIANI, Demerval. A Filosofia da Educação e o problema da inovação em educação. In: GARCIA, Walter E. (Coord.). *Inovação educacional no Brasil*. Problemas e perspectivas. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1980. p. 17-31. (Col. Educação Contemporânea)

SILVA, Mônica Ribeiro. *Currículo e competências: a formação administrada*. São Paulo: Cortez, 2008.

Recebido em setembro de 2011

Aprovado para publicação em novembro de 2011

